

CAPÍTULO 13

QUESTÕES INTERNAS

13.1 SOS INDÚSTRIA

Basta de diagnósticos. A crise no setor industrial exige uma ação imediata dos empresários e do governo para recuperar o tempo perdido e reverter a tendência de seu gradual enfraquecimento. Se essa questão não for enfrentada de imediato, a perda da competitividade da indústria se tornará irreversível.

Nos últimos seis anos, 36,6 mil fábricas fecharam as portas no Brasil, 17 por dia. A saída da Ford e da Mercedes colocam em risco todo o setor automotivo. No ano passado, com a crise econômica nacional agravada pela COVID-19, o setor registrou sua menor participação no PIB desde o início da série histórica, em 1946. O Brasil deixou de figurar como uma das dez maiores economias globais.

O processo de desindustrialização precoce está avançando pela ausência de políticas públicas voltadas ao seu fortalecimento. A situação está tão grave que há até os que defendem que o governo deixe de apoiar o setor industrial e coloque foco nas atuais vantagens comparativas do agronegócio e da mineração. Com mais de 200 milhões de habitantes e com mais de 14 milhões de desempregados, o campo não tem como oferecer as oportunidades de emprego e renda que a indústria propicia.

A reindustrialização e a modernização industrial deveriam ser prioridades nacionais, aceleradas pela implementação da atual agenda de reformas horizontais (mudança estrutural) e o aumento da produtividade, complementada com uma verdadeira política industrial que induza negócios estratégicos de alto impacto econômico e social, visando à geração de empregos e renda. Nesse sentido, caberia fortalecer mecanismos de apoio à indústria, como financiamento, compras governamentais e

estímulos à produção e exportação de bens de média e alta tecnologia; definir como áreas prioritárias as indústrias de alto conteúdo tecnológico e inovadoras; identificar nichos de mercado para a nacionalização de produtos essenciais estratégicos na área da saúde e outros (em quatro décadas, o Brasil reduziu de 55% para 5% sua capacidade de produção de insumos farmacêuticos); identificação de áreas para criar cadeias de valor agregado na América do Sul a partir de interesses da indústria nacional; e apoio com políticas públicas à internacionalização da empresa nacional.

A agenda de competitividade poderia ser levada adiante mediante ação política junto ao Executivo e o Legislativo para aprovação da reforma tributária, o fator mais importante para aumentar a competitividade da economia e das empresas nacionais. Outras políticas, incluiriam a isonomia de tratamento entre produtos importados e nacionais; aprovação da reforma do Estado, com a desburocratização e a simplificação de regras e regulamentos a fim de facilitar os negócios (Portal único e OEA); fortalecimento de uma política de incentivos à inovação com estímulos a P&D junto à iniciativa privada (universidades e centros de pesquisa) e aos órgãos governamentais existentes em áreas estratégicas (mas não limitadas), como indústria 4.0, inteligência artificial e biotecnologia; incentivos à formação e capacitação de profissionais e dirigentes empresariais com a concessão de bolsas de estudo e estágios, no país e no exterior; licitação da tecnologia 5G ou autorização de redes particulares para acelerar o processo de modernização da indústria (4.0 – inteligência artificial, automação avançada); alinhamento de políticas internas, principalmente a ambiental, com a política de comércio exterior para evitar medidas restritivas contra produtos brasileiros; medir os impactos sociais após a revisão completa dos tributos e outros projetos estratégicos ao nível federal (sustentabilidade).

Com a pandemia, surgiu a política de “autonomia estratégica” que busca substituir importação em áreas limitadas e específicas, como saúde e alimentação, que interessam à segurança nacional. Nessas áreas, a vulnerabilidade dos países pela ausência de produção interna teria de ser superada. A autonomia estratégica, combinada com os avanços do 5G e da inteligência artificial poderiam ser novas referências para a definição de políticas para dar início a um ciclo de reindustrialização que ajudará a impulsionar o crescimento econômico e o emprego.

O Brasil tem ainda o maior parque industrial no Hemisfério Sul. Nos últimos 40 anos, a participação relativa da indústria no PIB nacional vem caindo, passando de cerca de 26% no final dos anos 80, para pouco acima de 11% no ano passado.

Executivo e Legislativo estão devendo a aprovação das reformas em 2021. A questão, contudo, é de médio e longo prazo. Por isso, ao lado da política externa, do meio ambiente, da defesa nacional, a reindustrialização deveria necessariamente ser incluída no debate da eleição presidencial. A recuperação do setor industrial deveria ser uma das bandeiras do novo governo a partir de 2023.

O importante é olhar para frente e defender políticas e medidas que possam, na década 2020-2030, criar condições para a reindustrialização do país. É necessário uma visão estratégica de médio prazo. Para isso, será necessário que a indústria se ajuste às transformações por que passa o mundo, se concentre na inovação e novas tecnologias e sobretudo não fique esperando as benesses do governo.

13.2 QUESTÃO RELIGIOSA

Estamos vivendo tempos estranhos. A sociedade está dividida e polarizada, anestesiada e paralisada, inclusive pelas dificuldades decorrentes da pandemia. A perplexidade aumenta na medida em que, entre muitos outros exemplos, se verifica a maneira como a grave crise do combate à COVID-19, fora do controle, está sendo conduzida; pela ameaça de um enfrentamento fraticida pela facilitação da venda e porte de armas e munições; pela inexplicada crise militar com a demissão da cúpula da Defesa; pelo desmonte do combate à corrupção; pela crescente influência das milícias e do tráfico de drogas; pela chocante visibilidade da desigualdade social; pela falta de perspectivas e de uma visão de futuro para o país.

A tudo isso, junta-se agora a surrealista discussão sobre atividades religiosas coletivas em templos e igrejas durante a pandemia. As apresentações terrivelmente evangélicas feitas no STF pelo Advogado Geral da União e pelos advogados que defendiam a abertura dos templos e igrejas trouxeram à tona, mais uma vez, a questão da laicidade do Estado brasileiro. Até o presidente reforçou a defesa de cultos e missas presenciais, como um direito inerente à maioria, ignorando as ameaças à vida e à Constituição.

Um Estado é laico quando promove oficialmente a separação entre Estado e religião. A partir dessa separação, o Estado não deveria permitir a interferência de correntes religiosas em assuntos estatais, nem privilegiar uma ou algumas religiões sobre as demais. Essa situação existe no Brasil desde a Proclamação da República em decorrência do disposto na Constituição de 1891, onde se explicita a rejeição da união entre o poder civil e o poder religioso, pondo fim ao Regime do Padroado, que concedia privilégios à Igreja Católica e onde se confundia o Estado e a Igreja. No laicismo, cabe ao Estado garantir a liberdade e a igualdade de todos, independente dos valores morais e religiosos.

Mesmo com maioria até aqui católica, o Brasil é oficialmente um Estado laico, neutro no campo religioso, não apoiando, nem discriminando nenhuma religião. Apesar de citar Deus no preâmbulo, a Constituição Federal é clara ao vedar à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público. Dessa forma, a liberdade religiosa na vida privada é assegurada, desde que separada do Estado. É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e as suas liturgias.

Na minha visão, a separação Igreja/Estado foi um avanço e está na base da formação dos Estados modernos. Com a República, o Estado brasileiro tornou-se um Estado moderno, no qual não se busca a satisfação espiritual, mas a expansão dos direitos humanos e das liberdades individuais.

Ao contrário do que se ouviu nos últimos dias, o Estado brasileiro não pode se manifestar religiosamente. Como já foi dito por ministro do STF “os dogmas de fé não

podem determinar o conteúdo dos atos estatais” e “as concepções morais religiosas – unânimes, majoritárias ou minoritárias – não podem guiar as decisões de Estado, devendo, portanto, se limitar às esferas privadas”.

Nos últimos anos, o que se viu foi o contrário. A ameaça à Constituição não é uma preocupação. Embora não se constituindo em um movimento único, pois há divergências entre elas, a influência das igrejas evangélicas, em especial, a Universal, aumentou significativamente e ganhou força política real.

Sua eficiente arrecadação entre fiéis seduzidos e capacidade televisiva e radiofônica, além da mídia impressa e partidos políticos estão colocadas a serviço de um projeto político. Não é segredo para ninguém que os evangélicos buscam alcançar, sem intermediários, o poder máximo da República, depois de eleger prefeitos, governadores, senadores, deputados e ministros das cortes de justiça. A Igreja Universal ataca a Igreja Católica e exerce uma ação voltada a assumir a hegemonia do Estado.

Não se pode negar a competência e a eficiência da atuação da militância evangélica instalada agora em diferentes órgãos públicos federais na defesa de sua agenda de costumes, social, financeira e mesmo política, como estamos vendo nas ações do ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos e na política externa, nos últimos dois anos.

Pela primeira vez na história brasileira, as igrejas evangélicas atuam de maneira coordenada para chegar ao comando do poder político. Em política, não existe vazão. Se alguns setores ganham espaço, outros perdem. É surpreendente que representantes da alta hierarquia da Igreja Católica, em especial, não tenham se manifestado até aqui em defesa do Estado laico e da separação clara do Estado e da Religião.

Estamos diante de um problema político sério que a direita evangélica traz para a democracia e que afeta liberais, conservadores e progressistas. Trata-se, na realidade, de um problema de dominação por uma minoria e de reação contra o pluralismo.

13.3 COMO GANHAR UMA ELEIÇÃO

São três as coisas que podem garantir votos numa eleição: favores, esperança e relações pessoais.

O candidato deve trabalhar para dar esses incentivos às pessoas certas. Para ganhar os eleitores indecisos, fazer pequenos favores. Com relação àqueles em quem você desperta a esperança - um grupo zeloso e devotado - deve fazê-los acreditar que estará sempre ao seu lado para ajudá-los. Deixe que eles saibam que você está agradecido por sua lealdade, muito sensibilizado pelo que cada um deles está fazendo por você. Em relação aos que já o conhecem, deve encorajá-los, adaptando a sua mensagem à circunstância de cada um e demonstrando a maior gratidão pelo apoio de seus seguidores. Para cada um desses três grupos de apoiadores, decida como eles podem ajudá-lo na campanha e de que modo você pode pedir coisas a eles. Não deixe de dar atenção a cada um individualmente, de acordo com sua dedicação à campanha.

O mais importante numa campanha é incentivar a esperança no povo e criar nele um sentimento de boa vontade em relação a você. Por outro lado, você não deve fazer promessas específicas quer para o Congresso, quer para o povo. Fique em vagas generalidades: diga ao Senado que você vai manter os privilégios e poderes que tradicionalmente tiverem, deixe a comunidade e negócios e os mais ricos saberem que você é favorável à estabilidade e à paz; assegure o povo que você sempre esteve ao seu lado, tanto em seu discurso, como na defesa de seus interesses.

Onde quer que você ande, haverá de encontrar arrogância, teimosia, malevolência, orgulho e ódio. Não se deixe desencorajar pela conversa de corrupção. Mesmo nas eleições mais corruptas há muitos eleitores que apoiam os candidatos em quem eles acreditam, sem receber em troca nenhum pagamento. É possível que seus oponentes tentem usar o suborno para ganhar o apoio dos que estão com você. Deixe que eles saibam que você estará observando atentamente as suas ações e os ameace com processo nos tribunais. Eles ficarão com medo de sua influência no meio empresarial. Não será necessário levá-los aos tribunais com acusações de corrupção; o importante é que eles saibam que você está disposto a isso. O medo ensina melhor do que uma ação judicial. O que interessa não é o resultado da ação dos tribunais, mas sim a ameaça por ser importante como instrumento de produção do medo e da moderação dos adversários.

O candidato deve ser um camaleão, adaptando-se a cada indivíduo que ele encontra e deve mudar sua expressão e seu discurso quando necessário.

Mantenha por perto os seus amigos. E seus inimigos mais perto ainda. Depois de identificar quais os amigos com quem poderá contar, dê atenção a seus inimigos. Há três tipos de pessoas que poderão se opor aos seus interesses: aquelas a quem você contrariou, as que não gostam de você e as que são amigas próximas de seus oponentes.

Para impressionar os eleitores, dê atenção a cada um deles, sendo pessoal e generoso. Nada impressiona mais um eleitor do que o candidato não ter se esquecido dele. Por isso, faça um esforço para se lembrar dos seus nomes e rostos.

Faça promessa de todo tipo. As pessoas preferem uma mentira de conveniência a uma recusa direta. Prometa qualquer coisa, a qualquer um, a menos que uma clara obrigação ética o impeça de fazê-lo.

A campanha deve ser competente, digna, mas cheia de vida e de espetáculo, o que tanto atrai as massas. Também não fará mal se você os lembrar do quanto desqualificados são seus oponentes, acuando-os de crimes, escândalos sexuais e corrupção em que poderão estar envolvidos.

Esse roteiro pragmático de campanha poderia ser bem aproveitado pelos candidatos que hoje disputam cargos eletivos em todos os níveis no Brasil. Muitos, ampliados e aperfeiçoados, como sabemos, já o estão colocando em prática há muito tempo.

Não me considere, eventual leitor, como um cínico conselheiro de algum candidato, mas apenas o responsável pela transcrição de parte de um importante e antigo

documento, preservado até hoje. O autor de todos os conselhos mencionados acima foi Quintus Tullius, general e político romano. Em 64 a.C., Cícero, notável orador e político de Roma, embora não pertencente à aristocracia de onde saíam os que iriam dirigir os destinos do Império, apresentou-se com candidato ao posto de Cônsul, o cargo mais importante na cena política de Roma. Seu irmão, Quintus Tullius, produziu o que hoje seria chamado de memorando, que denominou Pequeno Manual sobre Eleições, com o objetivo de ajudar o candidato na campanha que se aproximava e que como tudo parecia indicar, não seria nada fácil. Se estivesse vivo hoje, estaria ganhando um bom dinheiro como consultor político.

As recomendações contidas no Manual, algumas das quais aqui transcritas, podem surpreender pelo cinismo e pragmatismo, mas mostram que, em mais de 2 mil anos, quando se trata de política, nada ou quase nada, parece ter mudado.

Aliás, Cícero saiu vitorioso, certamente aproveitando os conselhos do irmão.

13.4 O FUTURO DAS ENTIDADES EMPRESARIAIS E SINDICAIS

A mobilização da sociedade brasileira em defesa da democracia, do Estado de Direito e do sistema eleitoral colocou em evidência, entre outras, entidades representativas do setor industrial e sindical, e do agronegócio. A ação dessas confederações, federações e associações mostraram sua influência e suas contradições pela diversidade de interesses envolvidos.

Com as profundas transformações econômicas e tecnológicas no mundo e com os desafios internos para a volta do crescimento e do emprego, as agendas para o setor privado nacional mudaram. Essas entidades produzem trabalhos técnicos e defendem com eficiência os interesses conjunturais de seus associados. A percepção sobre essas instituições, porém, está contaminada, em grande parte, pela defesa não do interesse geral do país, mas interesses setoriais, protecionistas e de ganhos de curto prazo, com a ilusão de que com isso poderiam ajudar o setor e a economia a crescer. O agronegócio e a indústria estão apresentando propostas aos candidatos para a dinamização da economia e o crescimento desses setores, mas as principais sugestões dificilmente terão o respaldo político para a aprovação de legislação no Congresso Nacional. As entidades perderam a capacidade de influir efetivamente em políticas públicas de interesse geral.

Vou comentar especificamente o setor industrial, em vista da situação dramática hoje existente, resultado do esgotamento do modelo que beneficiou o setor nos últimos sessenta anos, baseado no protecionismo, representado por barreiras tarifárias, e não tarifárias, reserva de mercado, subsídios e incentivos fiscais, política cambial, entre outras políticas governamentais. Além das questões estruturais (Custo Brasil), e do atraso tecnológico, no curto prazo, surgiram problemas com a falta de insumos e a alta da energia e, em especial, com os impactos negativos gerados pela pandemia e pela guerra na Ucrânia. As entidades representativas da indústria e dos trabalhadores não tiveram, nos últimos anos, a capacidade de formular propostas para a modernização do parque industrial brasileiro que pudessem sensibilizar os governos de turno.

A exemplo do que está ocorrendo hoje em outros países, como os EUA e a França, uma nova política industrial, deveria refletir os interesses do país e deveria responder aos desafios globais.

Em coordenação com o governo e o Congresso, para modernizar sua agenda, elas poderiam ter definido uma estratégia para promover a recuperação do setor em consonância com os interesses mais gerais do país. Essa ação poderia ter-se alicerçado no tripé, reindustrialização, agenda de competitividade e abertura da economia, via negociação de acordos comerciais.

A reindustrialização e a modernização industrial serão possibilitadas pela implementação da agenda de reformas estruturais e o aumento da produtividade que deveria ser complementada com uma verdadeira política industrial que induziria negócios estratégicos de alto impacto econômico e social. Nesse sentido, caberia fortalecer mecanismos de apoio à indústria, como financiamento, compras governamentais e estímulos à produção e à exportação de bens de média e alta tecnologia; definir, como áreas prioritárias, as indústrias de alto conteúdo tecnológico e inovadoras; identificar nichos de mercado para a nacionalização de produtos essenciais e estratégicos na área da saúde, farmacêuticos e outros; identificação de áreas para criar cadeias de valor agregado na América do Sul a partir de interesses da indústria nacional; apoio com políticas públicas à internacionalização da empresa nacional.

A agenda da competitividade poderia ser levada adiante mediante ação política junto ao Executivo e ao Legislativo para a aprovação da reforma tributária, o fator mais importante para o aumento da competitividade da economia e das empresas nacionais. Outras políticas incluiriam a isonomia de tratamento entre produtos importados e nacionais; a desburocratização e a simplificação de regras e regulamentos e apoio a centros de inovação garantindo a conexão deles com a indústria e as Universidades para um trabalho conjunto em áreas estratégicas, como inteligência artificial, biotecnologia, incentivos à formação e capacitação de profissionais e à implantação da tecnologia 5G para acelerar o processo de modernização da indústria.

A abertura da economia deveria ser realizada via acordos comerciais com a definição de uma política de negociação transparente, com a participação do setor privado, com o objetivo de diversificar mercados e a pauta exportadora e promover a ampliação de empresas exportadoras para reduzir a concentração hoje existente.

A relação das entidades do setor produtivo e sindical com o Estado envelheceu. Criadas em momento diferente do capitalismo brasileiro, elas não acompanharam as mudanças ocorridas na sociedade. A ação política dessas entidades exigirá a revisão da forma de defender seus interesses. Com isso, haveria uma mudança da percepção interna sobre o papel do setor privado no mundo em profunda transformação. As discussões sobre as perspectivas da indústria, do agro e dos serviços não são questões teóricas, mas práticas e, por isso, seu foco deveria mudar radicalmente.